



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

ANÁLISE SOBRE A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS ÚLTIMOS 30 ANOS

ANALYSIS OF THE COMMERCIALIZATION OF HIGHER EDUCATION IN THE LAST 30 YEARS

ANÁLISIS DE LA COMERCIALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN LOS ÚLTIMOS 30 AÑOS

Thiago Dehon de Souza¹

e47191

<https://doi.org/10.63026/acertte.v4i7.191>

PUBLICADO: 09/2024

RESUMO

Nos últimos trinta anos (1994-2024), a educação superior no Brasil tornou-se um setor atrativo para a acumulação de valor pelos grandes monopólios internacionais da educação. Sob uma agenda econômica neoliberal, o Estado brasileiro criou condições favoráveis à mercantilização do ensino superior, resultando na precarização da educação pública e no financiamento da educação privada. Este artigo analisa as políticas do Governo Federal relacionadas ao ensino superior durante esse período. A pesquisa investiga a crescente mercantilização do setor e como as medidas adotadas pelos governos federais seguem as diretrizes do capital internacional. Utilizando o método do materialismo histórico-dialético e uma abordagem estrutural na análise de artigos sobre o papel do Estado e o neoliberalismo, o estudo examina a privatização do ensino superior no Brasil. Conclui-se que as ações do Estado têm reforçado a mercantilização do ensino superior, favorecendo a expansão do setor privado ao acesso aos fundos públicos e ao mercado educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino superior. Neoliberalismo. Mercantilização do ensino superior. Estado e neoliberalismo.

ABSTRACT

In the last thirty years (1994-2024), higher education in Brazil has become an attractive sector for the accumulation of value by the large international education monopolies. Under a neoliberal economic agenda, the Brazilian State created favorable conditions for the commodification of higher education, resulting in the precariousness of public education and private education financing. This article analyzes the Federal Government's policies related to higher education during this period. The research investigates the growing commodification of the sector and how the measures adopted by federal governments follow the guidelines of international capital. The study examines the privatization of higher education in Brazil using the method of historical-dialectical materialism and a structural approach in the analysis of articles on the role of the State and neoliberalism. It is concluded that the actions of the State have reinforced the commodification of higher education, favoring the expansion of the private sector to access public funds and the educational market.

KEYWORDS: Higher education. Neoliberalism. Commercialization of higher education. State and neoliberalism.

RESUMEN

En los últimos treinta años (1994-2024), la educación superior en Brasil se ha convertido en un sector atractivo para la acumulación de valor por parte de los grandes monopolios internacionales de la educación. En el marco de una agenda económica neoliberal, el Estado brasileño creó condiciones favorables para la mercantilización de la educación superior, lo que resultó en la precariedad de la educación pública y el financiamiento de la educación privada. Este artículo analiza las políticas del Gobierno Federal relacionadas con la educación superior durante este periodo. La investigación

¹ Mestre em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bacharel em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Participou do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC/UFRJ, 2018) e do Grupo de Estudos Teoria Social de Marx e Serviço Social Unesp/Franca (2014).



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ANÁLISE SOBRE A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS ÚLTIMOS 30 ANOS
Thiago Dehon de Souza

indaga en la creciente mercantilización del sector y en cómo las medidas adoptadas por los gobiernos federales siguen los lineamientos del capital internacional. Utilizando el método del materialismo histórico-dialéctico y un enfoque estructural en el análisis de artículos sobre el papel del Estado y el neoliberalismo, el estudio examina la privatización de la educación superior en Brasil. Se concluye que las acciones del Estado han reforzado la mercantilización de la educación superior, favoreciendo la expansión del sector privado para acceder a fondos públicos y al mercado educativo.

PALABRAS CLAVE: Educación superior. Neoliberalismo. Comercialización de la educación superior. Estado y neoliberalismo.

1 INTRODUÇÃO

O sistema do capital em crise estrutural (MÉSZÁROS, 2002; 2015) busca saídas para retomar o crescimento da taxa de lucro a todo custo. Com o fim da possibilidade de expansão geográfica, uma das saídas encontradas é avançar sob o setor de serviços. Através de políticas neoliberais apregoadas pelo Estado brasileiro, foi possível que os grandes monopólios educacionais se expandissem no Brasil a fim de terem um crescimento exponencial em seus lucros. O objetivo do Estado de aplicar tais medidas na educação são claros: além de criar um novo nicho de acumulação de capital, é necessário alinhar a formação superior às necessidades do mercado, para que o trabalhador formado já tenha todas as características necessárias exigidas para atuarem em seus postos de trabalho. O sucateamento do ensino superior público é uma política de Estado, executada ano após ano. Atacar a qualidade do ensino superior, precarizar a formação, não aumentar o quadro de vagas de acordo com a necessidade da população, não atuar de forma a garantir a permanência estudantil através de bolsas e moradias são algumas das táticas usadas para aumentar o número de matrículas no ensino privado.

Outro dado alarmante são as políticas de transferência de renda do Estado para as universidades particulares através de programas tais quais o FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) e o PROUNI (Programa Universidade para Todos). Ou seja, deixa de se investir na universidade pública e se investe bilhões de reais no financiamento de alunos nas redes privadas de ensino superior.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo analisar as medidas dos Governos Federais nos últimos trinta anos no que diz respeito à educação superior. Partindo do governo de Fernando Henrique Cardoso até chegarmos atualmente no, ainda em andamento, terceiro mandato de Lula. Os objetivos específicos são elencar as principais medidas realizadas pelo Governo Federal, que, seguindo as regras impostas por personificações políticas do capital (MÉSZÁROS, 2002; 2015) tais como o Banco Mundial e os próprios monopólios internacionais da educação, criaram no Brasil um mercado muito lucrativo, com vistas a criar profissionais de acordo com as necessidades do capital e de usar a educação como fonte de retomada da taxa de lucro.

A metodologia utilizada é a leitura estrutural de artigos pré-selecionados que tratam sobre os temas estudados (Estado e neoliberalismo, educação e neoliberalismo, privatização do ensino superior no Brasil), tendo o materialismo histórico dialético como horizonte metodológico. Apenas um



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ANÁLISE SOBRE A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS ÚLTIMOS 30 ANOS
Thiago Dehon de Souza

método de análise que nos permita analisar a relação do todo com o micro de maneira dialética é capaz de nos permitir entender a lógica por trás das medidas do Governo Federal. O Brasil, assim como todos os países, faz parte de uma rede internacional de capitais, ocupa um lugar específico nessa ordem de comando internacional, e segue regras impostas por mecanismos internacionais que buscam expandir o interesse de capitais internacionais em solo brasileiro. Sendo assim, é preciso superar o nível da aparência e chegarmos à essência dos fatos, os analisando sob a ótica da categoria totalidade.

2 NEOLIBERALISMO E ESTADO

De acordo com Marx (2013), o capital tem como característica ontológica uma necessidade de acumulação nos mais altos valores possíveis e para isso ele precisa se expandir para todo o globo terrestre, com vistas a alargar seus mercados. Com o fim da possibilidade de expansão geográfica, visto sua presença em todo o globo, as táticas para alargar a acumulação de capital são revistas e agora nasce uma nova forma de atuação do Estado, aplicando novas cartilhas e modelos econômicos para amenizar os efeitos da crise do capital nos anos 1970.

Para Harvey (2012), neoliberalismo é um projeto político que defende, a partir da implementação de certas medidas via Estado, os interesses da classe dominante na retomada da taxa de lucro. Esse projeto surge a partir do esgotamento das políticas de Bem Estar social vividas na Europa nos anos 1970. Se neste período (de Bem Estar social) era possível conciliar acumulação de capital e direitos sociais, temos na crise dos anos 1970 o fim deste ciclo. A chamada acumulação flexível (ANTUNES, 2001), vem para substituir o modelo anterior de acumulação, pautada no fordismo. Uma das formas de recuperar a taxa de lucro é o de transferir setores até então geridos pelo Estado para o mercado via privatizações, atacar as políticas sociais e direitos trabalhistas, precarizar serviços públicos e desregular legislações de proteção dos trabalhadores. As políticas anteriores de pleno emprego não são mais possíveis de serem sustentadas, pois é necessário agora um exército desempregado de reserva como forma de diminuir o custo da força de trabalho, sendo essa uma das estratégias para recuperar a taxa de lucro (HARVEY, 2012).

O Estado, atualmente, tem o papel de garantir somente as liberdades individuais, a propriedade privada e ter controle do aparato militar e da lei para garantir o funcionamento do livre mercado. Além disso, como já apontamos, devem ser criados novos mercados em serviços que anteriormente não eram controlados pelo mercado, tais como a educação, a água, a seguridade social, saúde e transporte, com vistas a criar novas possibilidades de acumulação de capital (HARVEY, 2012). De acordo com Netto e Braz (2021), esse processo de reestruturação do capital se ancora na necessidade de se realizar uma reestruturação produtiva, na financeirização e na disseminação da ideologia neoliberal. Netto (1995) ainda aponta:

A grande burguesia monopolista e a oligarquia financeira, em todas as latitudes, apreenderam minimamente as experiências do desenvolvimento capitalista neste século: nenhum



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ANÁLISE SOBRE A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS ÚLTIMOS 30 ANOS
Thiago Dehon de Souza

grande burguês (e/ou seus executivos mais responsáveis) tem a menor ilusão acerca do abstencionismo estatal ou do mercado “livre”; nenhum deles imagina que a crise é uma invenção marxista; nenhum deles pretende erradicar mecanismos reguladores da economia. O que desejam e pretendem, em face da crise contemporânea da ordem do capital, é erradicar mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrático de controle do movimento do capital. O que desejam e pretendem não é “reduzir a intervenção do Estado”, mas encontrar as condições ótimas (hoje só possível com o estreitamento das instituições democráticas) para direcioná-los segundo seus particulares interesses de classe. A grande burguesia monopolista tem absoluta clareza da funcionalidade do pensamento neoliberal e, por isto mesmo, patrocina a sua ofensiva: ela e seus associados compreendem que a proposta do “Estado mínimo” pode viabilizar o que foi bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política – o Estado máximo para o capital (NETTO, 1995, p. 80-81).

As personificações políticas do capital (MÉSZÁROS, 2002, 2015), que são os representantes legais do capital, tais como os Estados-nações e as entidades internacionais (Banco Mundial, por exemplo) passam a operar em consonância com a agenda neoliberal e a recomendar a aplicação desta agenda para todos os países do sul do globo. Sendo assim, é possível perceber a teia de articulação política do capital internacional, que subordina os países subdesenvolvidos a aplicarem agendas econômicas que são interessantes aos países desenvolvidos.

3 NEOLIBERALISMO E ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS ÚLTIMOS TRINTA ANOS

A agenda neoliberal chega ao Brasil com mais força a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, seguindo a tendência mundial de aplicação da cartilha com vistas a criar novos mercados para expansão do capital internacional. O Brasil que vinha de uma tentativa de retomada democrática pós-ditadura, com a homologação da Constituição de 1988, acaba com qualquer esperança de universalização de direitos, previstos em constituição, e o que vemos acontecer é uma contrarreforma do Estado.

De acordo com Behring (2009), o que estava em jogo era a necessidade do capital de realizar um ajuste fiscal no Estado brasileiro, pois o mesmo estava atuando a partir de distorções orçamentárias e precisava se adequar à nova realidade do capitalismo. As políticas econômicas passam agora a atuar sob a ótica das privatizações, desvinculações orçamentárias (como por exemplo, a DRU, que é a desvinculação de recursos da união, permitindo que orçamentos de algumas áreas pudessem ser transferidos para outras áreas), Lei de Responsabilidade Fiscal e superávit primário como garantia do pagamento da dívida pública, atendendo pautas do mercado financeiro.

Na publicação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, por Bresser Pereira (1997), temos a distinção da atuação do Estado em 04 blocos: 1) núcleo estratégico: ações



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ANÁLISE SOBRE A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS ÚLTIMOS 30 ANOS
Thiago Dehon de Souza

exclusivas do governo, tais como os três poderes; 2) atividades exclusivas: às que são executadas somente pelo Estado, tais como cobrança e fiscalização dos impostos; polícia; previdência social básica; serviço de desemprego; fiscalização do cumprimento de normas sanitárias; serviço de trânsito; compra de serviços de saúde pelo Estado; controle do meio ambiente; subsídio à educação básica; serviço de emissão de passaportes, etc.; 3) os serviços não exclusivos: *são serviço que Estado provê, mas que, como não envolvem o exercício do poder extroverso do Estado, podem ser também oferecidos pelo setor privado e pelo setor público não-estatal* (BRESSER-PEREIRA, 1997, p. 17). Aqui podemos citar a educação, saúde, a assistência social, pesquisas científicas e etc.; 4) Produção de bens e serviços para o mercado: trata-se aqui das empresas privadas.

Neste documento a educação superior está localizada no bloco de serviços não exclusivos, sendo uma clara sinalização de que o Estado se desencarrega da obrigação exclusiva sob o ensino superior e abre espaço para o mercado atuar nesse novo nicho de acumulação. As universidades, agora como serviços não exclusivos, são vistas como organizações sociais, conforme sugerido pelo Ministério da Educação, conforme a LDB - Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 9.394/96, e foi vista pelo Banco Mundial como um ponto positivo na política educacional no Brasil, visto que abre portas para a ampliação da privatização do ensino superior (CARVALHO, 2010).

A LDB traz a ideia de autogestão financeira das IES, criando agora a possibilidade de as universidades públicas fazerem parcerias diretas com o mercado. Isso faz com que sistematicamente as universidades públicas tenham cada vez mais pesquisas financiadas pelo e para os interesses do mercado e perca cada vez mais sua autonomia. Um marco muito importante é o artigo 80 da LDB que rege sobre a presença do EAD (Ensino à distância) nas diversas modalidades de ensino. Este artigo prepara a possibilidade de crescimento da modalidade a distância para o ensino superior.

É nesse cenário que o Governo Federal tenta publicar normas e diretrizes complementares através de Decretos e Portarias para facilitar o crescimento das IES privadas. Sendo assim, tivemos o Decreto n.º 2.306, de 19/08/97, que estabelece distinções inéditas para o sistema de ensino superior brasileiro: IES públicas, IES privadas sem fins lucrativos e IES privadas com fins lucrativos. Temos também mais adiante a aprovação do Plano Nacional da Educação (PNE), onde FHC fez questão de vetar subitens que ampliavam o orçamento para o ensino superior público (CARVALHO, 2010).

Na gestão de FHC ainda é criado, em 1999, o FIES – Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior, onde o Governo Federal destina dinheiro público às IES privadas, com a justificativa de ampliação do acesso ao ensino superior (CARVALHO, 2010). O Fies substituiu o Crédito Educativo e possibilitou aos estudantes do ensino superior financiar até 70% das mensalidades. O financiamento estudantil beneficiou as IES privadas, sendo crucial para a manutenção financeira dessas instituições. Uma reportagem do Estadão (*apud* VIDAL, 2016) revelou que 60% dos alunos matriculados em IES privadas utilizavam o Fies, e grandes grupos educacionais como Kroton, Anhanguera, Unesa e Unip tiveram aumento significativo na taxa de lucro graças aos financiamentos.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ANÁLISE SOBRE A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS ÚLTIMOS 30 ANOS
Thiago Dehon de Souza

Na gestão de Lula, a partir de 2002, temos a continuidade do projeto de mercantilização do ensino superior. Lula continuou seguindo as orientações dadas pelo Banco Mundial (1999) no que diz respeito ao ensino superior. Criou um sistema de avaliação dos cursos (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES, 2004) para que fosse possível termos um *ranking* de universidades, ferramenta usada para aumentar a concorrência e acelerar o processo de mercantilização dos IES. Acontece que as IES públicas tiveram notas superiores às privadas. Ainda assim, o Governo Federal usou recursos públicos para investir nas IES privadas que foram mal avaliadas com o argumento de revitalizar o ensino das mesmas.

O governo Lula também reforçou as orientações do Banco Mundial (1996), onde a indicação para países periféricos é a de um sistema de educação superior com poucas universidades de pesquisa e que os investimentos devem ser direcionados para uma formação de curta duração. Cristóvão Buarque, então Ministro da Educação, emitiu um documento intitulado Universidade numa Encruzilhada (BUARQUE, 2020), onde incentivou abertamente o uso do EAD como forma de aumentar o número de vagas no ensino superior. O mesmo documento trata da autonomia financeira da Universidade, indicando que as universidades têm agora a possibilidade de procurar parcerias privadas como forma de captar recursos (VIDAL, 2016). O governo trouxe uma proposta para aumentar o número de vagas nos cursos superiores ancoradas a três pilares: *a ampliação dos cursos de graduação a distância; a utilização de parcerias público-privadas; e a extensão da rede pública de ensino superior* (VIDAL, 2010, p. 54).

Além disso, temos as seguintes leis e decretos: Lei n. 10.973/2004, que trata dos incentivos à inovação e das pesquisas científica e tecnológica no setor produtivo. Lei n. 11.079/2004, que regulamenta as parcerias público-privadas, abrangendo um amplo leque de atividades governamentais. Lei n. 11.096/2005, que criou o ProUni, o programa Universidade para Todos, que segue a política de transferência de renda pública para universidades privadas por meio de concessão de bolsas (VIDAL, 2016).

O ProUni visa promover o ingresso no ensino superior de jovens com idades entre 18 e 24 anos, especialmente aqueles provenientes de famílias cuja renda per capita é de, no máximo, três salários mínimos. O programa envolve a concessão de bolsas parciais ou integrais a alunos de escolas públicas (ou a exigência de bolsas integrais de escolas privadas) a partir da participação no Enem com nota mínima. Inicialmente, o programa ofereceu 112.275 bolsas em 2005; este número aumentou para 329.117 em 2015 – atendendo a mais de 2,5 milhões de estudantes ao longo de uma década. Embora pareça um avanço em direção à democratização do acesso, o ProUni atende uma demanda do ensino privado através da isenção de impostos e obtendo benefícios de recursos públicos.

O governo Lula cria também o Decreto n. 6096/2007, que estabelece o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), onde a expansão e reestruturação das universidades públicas federais ocorre de forma precária, com escassez de servidores, professores e infraestrutura adequada. O programa critica o modelo atual de gestão,



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ANÁLISE SOBRE A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS ÚLTIMOS 30 ANOS
Thiago Dehon de Souza

classificando-o como arcaico e atrasado e propõe uma série de mudanças com vistas a atender as necessidades do mercado também nas universidades públicas. O programa é visto como um esforço do governo para aumentar as estatísticas de acesso à educação superior sem fornecer recursos adequados.

Temos ainda os Decretos n. 7232, n. 7233 e n. 7234/2010, que dizem respeito à autonomia universitária, ampliam a atuação das fundações privadas nas IES públicas, promovem alterações significativas nos regimes de trabalho e diferenciam os orçamentos das IES federais conforme índices de produtividade. Por fim, a Lei n. 12.349/2010 altera as relações contratuais das IES federais, aumentando a presença do setor privado nas instituições (VIDAL, 2016).

Resumidamente, o governo Lula em seus dois mandatos efetivou as políticas neoliberais orientadas pelo Banco Mundial no que diz respeito à educação, seguindo a linha de seu sucessor FHC. Fez parcerias público-privadas para o aumento de vagas via ensino privado e priorizou a ascensão do ensino à distância. A sucessora de Lula, Dilma, aprofundou o quadro de mercantilização do ensino superior e alargamento da modalidade EAD.

A política educacional do governo Dilma está diretamente imbricada nos signos de competitividade, empreendedorismo, inovação e abertura ao mercado internacional. Ela reafirma o papel da universidade no desenvolvimento econômico e social ao mesmo tempo que promove um sistema educativo com mais abertura aos monopólios internacionais. Dilma mantém o discurso de que mudanças no fluxo da educação são necessárias para garantir a democratização do ensino, mas na verdade o que fica nítido é o alinhamento do projeto de educação às necessidades do mercado.

A lei n. 12.513/2011 instaura o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), onde são criadas 422 escolas técnicas no país, além de aumentar o acesso a um tipo específico de ensino superior técnico, visto que os números de matrículas integram os dados do INEP (VIDAL, 2016), sendo esse o primeiro marco da política educacional de Dilma.

No que diz respeito a política orçamentária, Dilma aprofunda o ajuste fiscal, com cortes na educação que chegam na casa dos 9 bilhões de reais, além de cortes na CAPES no âmbito de 785 milhões. Houve também a aprovação de um novo PNE – Plano Nacional da Educação, que não rompe com as diretrizes neoliberais de seu antecessor. Torna o REUNI uma política de Estado e as metas do programa passam a ser também metas do PNE e amplia o FIES e o PROUNI tanto na graduação quanto agora na pós graduação. Vale mencionar a ampliação do EAD através da Universidade Aberta do Brasil (LIMA, 2018). Os resultados dessas ações são brevemente vistos conforme os dados abaixo:

(...) as IES do país com fins lucrativos e, em especial, as mantidas por empresas de capital aberto e envolvidas no mercado acionário, [...] hoje, apresenta-se como o setor de maior rentabilidade dentre os setores atuantes na BM&FBovespa". O mesmo autor, acompanhando a evolução do índice do Ibovespa e do valor das ações, em 2013 e 2014, concluiu: "em dois anos a Kroton teve uma valorização de suas ações na Bolsa de 314,87%; a Estácio, 240,97%; e a Anhanguera, nos dois anos que correram até 28 de março de 2014, 85,89%" (SGUISSARDI, 2015, p. 122).



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ANÁLISE SOBRE A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS ÚLTIMOS 30 ANOS
Thiago Dehon de Souza

Esse crescimento pode ser explicado quando analisamos o investimento do Governo Federal nessa mesma época nos programas de transferência de renda às IES privadas. Só em 2014 foram liberados mais de R\$13 bilhões para o FIES e PROUNI. Esse número representa um crescimento de mais de 880% em relação ao orçamento liberado em 2003 (REIS, 2016).

Mas as movimentações do capital internacional e as consequências da crise econômica levam o complexo global a realizar rearticulações estratégicas para tentar retomar o crescimento da taxa de lucro. Como consequência no Brasil, Dilma sofreu um golpe e Temer assumiu a presidência com o papel de realizar um ajuste fiscal ainda mais rigoroso. Ao assumir, Temer corta qualquer tipo de expansão relacionadas às IES públicas. A ênfase da expansão precisa estar nas mãos do mercado. De acordo com Mancebo (2017), a Lei Orçamentária Anual de 2018 previa um orçamento de R\$12,7 bilhões para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação, o que representa um corte de 19% comparado à LOA de 2017.

Um outro apontamento é do imbricamento das pesquisas às necessidades do mercado de maneira ainda mais forte. Aqui o conhecimento apenas é útil se for diretamente ligado às necessidades do mercado. Em 2017 o Banco Mundial elabora outro documento com diretrizes de educação para economias subdesenvolvidas. Nele o BM aponta a necessidade de cobrança de mensalidades nas IES públicas, sendo assim uma sugestão de início de privatização de todo complexo universitário público do Brasil, o que, devido a lutas, ainda não foi aprovado.

Dados do Censo da Educação dos anos de 2014 a 2017 apontam que apenas em 2017 as IES privadas começam a sentir o impacto da crise global, tendo nesse ano um decréscimo de matrículas e o fim de um ciclo de crescimento que vinha desde 2014. Isso não significa que esses monopólios da educação tiveram prejuízos. A tática utilizada aqui é de reconfiguração do trabalho necessário para manter suas instituições, com demissão no quadro de servidores/docentes, além do incentivo ao EAD, que tem um custo menor que o ensino presencial. No ano de 2017, 23% das matrículas nas IES privadas já eram no EAD (MANCIBO, 2017).

Além disso, o setor de IES privados ainda continuaram a receber fortes investimentos do Governo Federal via repasse de verbas. O valor que em 2014 era de R\$13 bilhões de reais passa para R\$20 bilhões em 2017. Ainda podemos citar a abertura de capital desses monopólios educacionais na bolsa de valores, o que se torna outra fonte de renda especulativa.

Já no governo Bolsonaro, o chefe de Estado responsável por aprofundar ainda mais a agenda neoliberal no Brasil, cumpriu boa parte da agenda que o elegeu. A proposta de plano de seu governo já apontava rumos de sua jornada na educação superior, com afirmações sobre combater a “doutrinação” existente na educação como um todo. Os cortes de orçamento iniciam no primeiro ano de mandato, com o Decreto nº 9.741 em março de 2019, onde foi cortado 24,84% do orçamento para gastos não obrigatórios e 3,43% do orçamento total das universidades federais (BRASIL, 2019a). Houve também o Decreto nº 9.749, em 14 de maio de 2019, onde ocorreu a nomeação dos reitores das instituições federais, acabando com a autonomia das universidades e emparelhando a direção das universidades federais com o Governo Federal (BRASIL, 2019b).



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ANÁLISE SOBRE A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS ÚLTIMOS 30 ANOS
Thiago Dehon de Souza

Devido a mobilizações, os cortes do Decreto nº 9.741 não chegaram a se concretizar, mas durante quase todo ano as universidades trabalharam com esse orçamento congelado, o que na verdade é uma tática para se efetivar os retrocessos. Faz-se uma cortina de fumaça, depois há um recuo e um anúncio de corte menor. Já na parte de investimentos nas Instituições Federais de ensino superior, houve uma drástica queda, chegando aos pífios R\$100 milhões, sendo que em 2014 o investimento ultrapassou a quantia de R\$2,5 bilhões. O ataque ao ensino superior público também atingiu a CAPES. Segundo Araújo e Macedo (2022), o orçamento que em 2019 era de R\$1,5 bilhão chega a menos de R\$1,0 bilhão em 2021.

Mesmo em período pandêmico, vale ressaltar a retomada no crescimento de matrículas em IES privadas. De acordo com Ikuta (2023), se compararmos o número de matrículas em 2018 com 2020, houve um aumento de 14,48%. A autora ainda destaca o crescimento tangencial do ensino a distância nesse período. Em 2021, as matrículas no EAD correspondem a 41,4% das matrículas totais em educação superior enquanto as matrículas em cursos presenciais registraram uma mínima histórica dos últimos 10 anos.

Estamos agora sob um cenário já conhecido, onde Lula volta a governar o Brasil. Mesmo que ainda seja cedo para avaliar as ações do Governo Federal em prol da educação superior, os caminhos apontados até agora não são promissores. Lula e seus ministros, principalmente Haddad, ministro da economia, demonstram diariamente que não estão a fim de finalizar a tendência econômica neoliberal, mas sim de aprofundá-la.

A greve das universidades federais deste ano de 2024 é sinal de alerta sobre os graves cortes que a pasta vem sofrendo nas últimas décadas. As universidades federais se encontram numa encruzilhada de orçamento e os servidores sem reajustes, tendo que utilizar de ferramentas de luta para reivindicar melhores condições de trabalho e salário. O atual ministro da educação, Camilo Santana, realizou um corte orçamentário no valor de R\$332 milhões de reais em 2023 e foi chamado a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para prestar esclarecimentos. No fim de 2023, parte do orçamento das universidades federais estavam bloqueados, e o desbloqueio só viria a acontecer caso a arrecadação federal aumentasse. Esse tipo de condicionamento é mais um exemplo de políticas neoliberais utilizadas pelo governo Lula na educação superior.

Por mais que o ministro da educação tenha declarado recentemente que a educação não pode estar sob o Teto dos Gastos, o que vemos na prática é o oposto. O governo Lula tem se mostrado muito eficaz para o mercado, sinalizando que vai realizar as práticas de ajuste fiscal e trabalhar com o orçamento dentro do Teto de Gastos aprovado. Ainda no fim de 2023, ao realizar a aprovação da Lei Orçamentária Anual para 2024, o valor aprovado para educação superior foi cortado em R\$310 milhões, de acordo com o ANDES (2024), o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ANÁLISE SOBRE A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS ÚLTIMOS 30 ANOS
Thiago Dehon de Souza

4 CONSIDERAÇÕES

O objetivo deste trabalho foi analisar as políticas do Estado brasileiro no que diz respeito a educação superior nos últimos trinta anos. Sendo uma agenda econômica recomendada principalmente para países ditos “em desenvolvimento”, o neoliberalismo tem como interesse verdadeiro abrir novos nichos de acumulação de capital em setores de serviços, como a educação, que em outrora o Estado atuava de maneira mais direta, com vistas a recuperar o crescimento da taxa de lucro e ter acesso ao fundo público.

A agenda neoliberal chega ao Brasil através de Fernando Henrique Cardoso e se faz presente desde então, mesmo com no comando do Estado. Nos últimos trinta anos as políticas apregoadas no campo da educação superior no Brasil seguiram à risca o que é recomendado pela cartilha neoliberal e por personificações políticas do capital, como o Banco Mundial, por exemplo. As recomendações são claras: corte de verbas nas universidades públicas, precarização dos serviços públicos, arrocho salarial aos servidores e docentes, diminuição do investimento em permanência estudantil, corte de bolsa de pesquisas, atrelamento das universidades públicas ao mercado e investimento de verba pública no ensino superior privado.

O interesse por trás dessas ações, além de aumentar o valor das poucas empresas que participam do grupo que monopoliza a educação brasileira, como a Kroton, a Laureate e a Cruzeiro do Sul, que lucram tanto com as mensalidades dos alunos como também com capital especulativo, é também criar um tipo de formação específica para o atual momento do capital, conforme as necessidades do mercado de trabalho.

Embora não seja objetivo deste artigo analisar o ensino em si, não poderia deixar de citar que o interesse na educação é multifocal, pois, deixar a educação nas mãos do mercado ou atrelar a produção de conhecimento às necessidades de empresas privadas é um ponto chave para o desenvolvimento atual do capitalismo. O que temos visto é a proliferação do pensamento pragmático, técnico, acrítico, sob o signo da performance, onde o aluno precisa criar sempre uma solução tecnológica para responder problemas que na verdade são estruturais do sistema do capital. O pensamento crítico-dialético é visto como ultrapassado e desnecessário, pois na verdade somente ele pode trazer as ligações entre aparência e essência, porque tem como horizonte a categoria totalidade. Numa sociedade que atua sob a performance, pensar criticamente é visto como atraso.

O que foi proposto por esse artigo é tentar alertar para uma discussão rica e necessária de se realizar, buscamos somar na discussão em torno da educação pública no Brasil e as formas de mercantilização utilizadas pelo Governo Federal com vistas a fomentar um debate urgente, onde os rumos da educação no país precisam ser necessariamente feitos através do setor público, que preza pela garantia de vagas e permanência para todos, que valorize seus servidores técnicos e docentes e que tenha como plano de ensino formar pessoas que consigam enxergar os problemas da sociedade capitalista e usar as tecnologias atuais como forma de melhorar a vida dos trabalhadores.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ANÁLISE SOBRE A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS ÚLTIMOS 30 ANOS
Thiago Dehon de Souza

REFERÊNCIAS

ANDES. Educação federal perde recursos na LOA 2024. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/educacao-federal-perde-recursos-na-LOA-20241>. Acesso em: 17 jul. 2024.

ANTUNES, Ricardo. Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal. In: **POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO BÁSICA**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 13-27.

ARAÚJO, Maria Arlete Duarte; MACEDO, Marconi Neves. O desmonte da educação superior no governo Bolsonaro. In: **ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, 2022.

BRASIL. Decreto nº 9.741, de 29 de março de 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9741.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.741%20DE%2029,2019%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 23 jun. 2024.

BRASIL. Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9794compilado.htm. Acesso em: 23 jun. 2024.

BANCO MUNDIAL. Prioridades y estrategias para la educación: Examen del Banco Mundial. Washington, DC: Banco Mundial, 1996. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/715681468329483128/pdf/14948010spanish.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BEHRING, Elaine Rossetti. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital. In: **CFESS/ABEPSS**. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estratégia e estrutura para um novo Estado. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 17, n. 3, p. 343-357, 1997.

BUARQUE, Cristovam. **A universidade na encruzilhada**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

CARVALHO, Elaci Costa Ferreira de. A privatização/mercantilização da educação superior brasileira no contexto do sistema do capital e da sua crise estrutural. 2010. 159 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: História e implicações. São Paulo: Loyola, 2012.

IKUTA, Camila Yuri Santana. A agenda de políticas da educação superior nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro (2016-2022): análise do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). 2023. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

LIMA, Jessica Cleophas do Carmo. A política de educação superior e o projeto neoliberal brasileiro em tempos temerosos. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL**, XVI, 2018. Anais... v. 1, n. 1, 2018.

MANCEBO, Deise. **Crise político-econômica no Brasil**: breve análise da educação superior. *Educação & Sociedade*, v. 38, p. 875-892, 2017.

MARX, Karl. **O capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ANÁLISE SOBRE A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS ÚLTIMOS 30 ANOS
Thiago Dehon de Souza

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

NETTO, José Paulo. **Crise global contemporânea e barbárie**. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

REIS, Luiz Fernando. Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014). **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 57, p. 16-35, jan. 2016.

SGUISSARDI, V. **Estudo diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil: 2002-2012**. Piracicaba: [s.n.], 2015.

VIDAL, Karina Caputti. O ensino a distância: um reflexo da expansão mercantilizada da educação superior e os impactos no serviço social. 2016. 194 f. Dissertação (Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.